

BOLETIM DE EMENDAS PARLAMENTARES



Câmara dos Deputados
Consultoria de Orçamento e
Fiscalização Financeira

Execução orçamentária e financeira

Ano 3 | n. 1 | 2017



Brasília/junho de 2017

CÂMARA DOS DEPUTADOS

DIRETORIA LEGISLATIVA

Diretor: Afrísio de Souza Vieira Lima Filho

CONSULTORIA DE ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA

Diretor: Ricardo Alberto Volpe

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

Diretor: André Freire da Silva

COORDENAÇÃO EDIÇÕES CÂMARA DOS DEPUTADOS

Diretora: Ana Lígia Mendes

BOLETIM DE EMENDAS PARLAMENTARES

Órgão responsável:

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da
Câmara dos Deputados – Conof

Anexo II, Pavimento Superior, Ala B, Sala 116

Praça dos Três Poderes

Brasília (DF) – CEP 70160-900

EDIÇÕES CÂMARA

Centro de Documentação e Informação – Cedi

Coordenação Edições Câmara – Coedi

Câmara dos Deputados, Anexo II

Praça dos Três Poderes

Brasília (DF) – CEP 70160-900

Telefone: (61) 3216-5809

editora@camara.leg.br

COLABORADORES

Arthur Falcão Freire Kronenberger

Eugênio Greggianin

Fernando José de Medeiros

Hélio Martins Tollini

Rodrigo Roriz Macedo

Romiro Ribeiro

Túlio Cambraia

Projeto gráfico de capa e miolo

Diego Moscardini

Diagramação

Mariana Rausch Chuquer

Ilustração capa

© luchschen – Thinkstock

Preparação de texto

Sandra Serra

Revisão de provas

Sandra Serra

Boletim de emendas parlamentares : execução orçamentária e financeira / Câmara dos Deputados, Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira. – Ano 1, n. 1 (junho. 2015)-. Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015-
v.

ISSN 2447-8512

1. Emenda parlamentar, periódico, Brasil. 2. Execução orçamentária, periódico, Brasil. I. Brasil. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados, Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira.

CDU 336.126(05)

BOLETIM DE EMENDAS

PARLAMENTARES

Execução orçamentária e financeira

» *Exercício financeiro de 2016*

Lista de siglas

Conof	Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados
CMO	Comissão Mista de Planos, Orçamento Público e Fiscalização
DPU	Defensoria Pública da União
GND	Grupo de natureza de despesa
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
MF	Ministério da Fazenda
MPU	Ministério Público da União
PEC	Proposta de emenda à Constituição
PLN	Projeto de lei do Congresso Nacional
PLOA	Projeto de Lei Orçamentária Anual
Prodasen	Secretaria de Tecnologia da Informação do Senado Federal
RAP	Restos a pagar
RCL	Receita corrente líquida
RP	Resultado primário
Siafi	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
Silor	Sistema de Indicação Legislativa Orçamentária
STN	Secretaria do Tesouro Nacional

Sumário

Apresentação	7
Considerações metodológicas	8
1 Orçamento impositivo	9
1.1 Montante de execução obrigatória das emendas individuais.....	10
1.2 Emendas individuais aprovadas por GND e modalidade de aplicação	11
1.3 Emendas individuais aprovadas por área temática	12
1.4 Emendas individuais com impedimentos.....	13
1.5 Emendas individuais – Frequência dos tipos de impedimentos	14
1.6 Emendas individuais – Impedimentos por órgãos	15
1.7 Emendas individuais – Providências adotadas	16
1.8 Emendas individuais – Crédito suplementar em razão dos impedimentos	17
1.9 Emendas individuais – Execução de dotações marcadas com RP 6 – Por órgão orçamentário	18
1.10 Emendas individuais – Execução de dotações marcadas com RP 6 – Por modalidade de aplicação	19
1.11 Emendas individuais – Execução de dotações marcadas com RP 6 – Por grupo de despesa.....	20
2 Execução orçamentária e financeira das dotações decorrentes de emendas individuais	21
2.1 Execução das dotações decorrentes de emendas individuais	22
2.2 Valores empenhados mensalmente relativos às dotações decorrentes de emendas individuais	24
2.3 Valores empenhados, acumulados mensalmente, relativos às dotações decorrentes de emendas individuais.....	25
2.4 Valores pagos mensalmente, inclusive restos a pagar, relativos às dotações decorrentes de emendas individuais	26
2.5 Valores pagos, acumulados mensalmente, relativos às dotações decorrentes de emendas individuais.....	27

2.6	Execução das dotações decorrentes de emendas individuais por órgão	29
2.7	Execução das dotações decorrentes de emendas individuais por modalidade de aplicação	31
2.8	Execução das dotações decorrentes de emendas individuais por GND	33

3 Execução orçamentária e financeira das emendas coletivas 35

3.1	Execução das dotações decorrentes de emendas coletivas.....	36
3.2	Valores empenhados mensalmente relativos às dotações decorrentes de emendas coletivas	38
3.3	Valores empenhados, acumulados mensalmente, relativos às dotações decorrentes de emendas coletivas	39
3.4	Valores pagos mensalmente, inclusive restos a pagar, relativos às dotações decorrentes de emendas coletivas	40
3.5	Valores pagos, acumulados mensalmente, relativos às dotações decorrentes de emendas coletivas	41
3.6	Execução das dotações decorrentes de emendas coletivas por órgão.....	43
3.7	Execução das dotações decorrentes de emendas coletivas por modalidade de aplicação	45
3.8	Execução das dotações decorrentes de emendas coletivas por GND	47

Apresentação

O *Boletim de Emendas Parlamentares*, elaborado pela Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados (Conof), apresenta de forma sintética a execução das programações derivadas de emendas ao projeto de lei orçamentária anual (PLOA) dos últimos anos.

Tal acompanhamento desperta interesse dos mais variados públicos e ganha relevância em face do orçamento impositivo, que corresponde à obrigatoriedade de execução orçamentária e financeira das emendas individuais, nos termos estabelecidos na Emenda Constitucional nº 86, de 2015.

Nesse contexto, o boletim teve como principal foco as emendas parlamentares individuais, considerando os seguintes aspectos: apresentação, execução orçamentária e financeira recente, informações dos impedimentos e indicações legislativas para sanar os impedimentos. Adicionalmente, apresenta informações sobre a execução orçamentária e financeira das emendas coletivas (apresentadas por comissões permanentes das Casas do Congresso Nacional e pelas bancadas estaduais).

A presente publicação contribui para o acompanhamento e fiscalização da execução orçamentária das emendas e para os debates acerca das normas que dispõem sobre o orçamento impositivo.

Agradeço aos servidores da Conof que participaram diretamente da elaboração deste boletim, assim como aos parceiros dos diversos órgãos da Casa que contribuíram com este trabalho.

Ricardo Alberto Volpe

Diretor da Conof

Para fins de levantamento dos dados relativos à execução das programações decorrentes de emendas, alguns aspectos tiveram que ser considerados. Até 2013 não havia classificação orçamentária para identificação dos recursos das programações decorrentes das emendas individuais, o que dificultava ou mesmo impedia o acompanhamento da execução financeira dessas emendas. Em 2014, com a introdução do orçamento impositivo, tais emendas passaram a ser marcadas com o indicador de resultado primário igual a 6 (RP 6). No entanto, o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) não especificava o autor da emenda, o qual passou a ser identificado a partir de 2015, por determinação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Para as emendas coletivas, não existiam classificadores que possibilitassem a identificação das dotações constantes do orçamento até 2016. Entretanto, a LDO para 2017 estabeleceu o uso do marcador de resultado primário igual a 7 (RP 7) para indicar as emendas coletivas de bancada estadual com caráter impositivo. Em consequência, considerando as diversas particularidades observadas no período de 2005 a 2015, este boletim apresenta os dados de execução orçamentária e financeira de programações no orçamento decorrentes de emendas, em tabelas distintas, ou seja, de 2005 a 2013, restringem-se às programações cujas dotações da lei orçamentária foram oriundas exclusivamente de emendas individuais (emendas individuais exclusivas) e coletivas (emendas coletivas exclusivas).

Apesar de os dados utilizados para o acompanhamento da execução não refletirem integralmente o total dos recursos das emendas individuais e coletivas, o montante da amostra é bastante representativo do nível de execução das programações decorrentes das emendas. Os dados apresentados com base nesse critério constam dos itens “2 – Execução orçamentária e financeira das dotações decorrentes de emendas individuais” e “3 – Execução orçamentária e financeira das dotações decorrentes de emendas coletivas”. O item “1 – Orçamento impositivo” apresenta os dados de execução de dotações decorrentes de emendas individuais a partir de 2014, quando se passou a utilizar o marcador RP 6.

Considerações METODOLÓGICAS

1 Orçamento IMPOSITIVO

1.1 Montante de execução obrigatória das emendas individuais

De acordo com os §§ 9º e 11 do art. 166 da Constituição Federal, é obrigatória a execução orçamentária e financeira das dotações decorrentes de emendas individuais e com identificador de resultado primário 6 (RP-6) até o montante de 1,2% da receita corrente líquida (RCL) apurada no exercício anterior. No entanto, o montante de execução obrigatória pode ser reduzido em virtude de contingenciamentos e impedi-

mentos de ordem técnica. O contingenciamento incide sobre despesas discricionárias e decorre da necessidade de cumprir a meta de resultado primário. O impedimento de ordem técnica deriva de situações fáticas que impeçam a execução da dotação. A tabela 1 mostra o valor aprovado para as emendas individuais, a obrigatoriedade de sua execução e o cumprimento da obrigatoriedade.

Tabela 1 – LOA/2016: Obrigatoriedade de execução das emendas individuais

Valores em milhões de reais	
Item	Valor
a) Autorizado = aprovado	9.097,0
Poder Executivo	9.044,2
Poder Judiciário e demais Poderes	52,8
b) Obrigatoriedade da execução	
Limite inicial de 1,2% da RCL de 2014	8.094,3
Poder Executivo	8.047,3
Poder Judiciário e demais Poderes	47,0
Limite de execução – 1º bimestre	5.521,5
Poder Executivo	5.489,5
Poder Judiciário e demais Poderes	32,0
Limite de execução – 3º bimestre	7.832,4
Poder Executivo	7.786,9
Poder Judiciário e demais Poderes	45,5
Limite de execução – 4º bimestre	7.900,5
Poder Executivo	7.854,6
Poder Judiciário e demais Poderes	45,9
Limite de execução – 5º bimestre	8.094,3
Poder Executivo	8.047,3
Poder Judiciário e demais Poderes	47,0
c) Cumprimento da obrigatoriedade da execução	
Execução orçamentária (% da obrigação)	6.056,1 (74,82%)
Execução financeira (% da obrigação)	2.520,7 (36,69%)

Fonte: Siafi e SOF – Relatórios de avaliação bimestral dos 2º, 3º, 4º e 5º bimestres.

1.2 Emendas individuais aprovadas por GND e modalidade de aplicação

A tabela 2 mostra as emendas individuais por modalidade de aplicação, que aponta se o gasto vai ser realizado diretamente pela União ou se será transferido para outro ente, e por grupo natureza de despesa (GND), que classifica os dispêndios em investimentos, custeio e inversões financeiras.

Tabela 2 – PLOA/2016: Emendas individuais apresentadas por modalidade de aplicação/GND

Modalidade de aplicação	Valores em milhões de reais					Total	% Total
	3-ODC	4-INV	5-IFI	9-RES			
40 – Transferências a municípios	237,9	2.959,3		0,2		3.197,4	35,15
41 – Transferências a municípios – fundo a fundo	1.107,3	1.585,8				2.693,1	29,60
50 – Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos	213,5	603,2				816,8	8,98
90 – Aplicações diretas	145,6	512,2	11,2	1,0		670,1	7,37
30 – Transferências a estados e ao Distrito Federal	98,2	560,7				658,9	7,24
31 – Transferências a estados e DF – fundo a fundo	237,2	292,1				529,3	5,82
99 – Reserva de contingência	71,5	195,3	5,4	0,2		272,4	2,99
42 – Execução orçamentária delegada a municípios	0,0	175,9				175,9	1,93
32 – Execução orçamentária delegada aos estados/DF		52,2				52,2	0,57
70 – Transferências a instituições multigovernamentais	1,0	21,4				22,4	0,25
71 – Transferências a consórcios públicos	0,0	5,7				5,7	0,06
80 – Transferências ao exterior	2,2	0,0				2,2	0,02
91 – Aplicações diretas – operações intraorçamentárias	0,3	0,4				0,7	0,01
Total	2.114,8	6.964,2	16,6	1,4		9.097,0	100,0

Fonte: Siafi.

1.3 Emendas individuais aprovadas por área temática

O § 9º do art. 166 da Constituição Federal estabelece que metade do montante das emendas individuais ao PLOA deve ser destinada às ações e serviços públicos de saúde. A tabela 3 apresenta a quantidade e o montante de emendas individuais aprovadas por setor para os anos selecionados.

Tabela 3 – Emendas individuais aprovadas por área temática

Valores em milhões de reais

Setor		2016	
		Quantidade	Valor
1	Transporte	5	5,8
2	Saúde	2.965	4.757,1
3	Educação e cultura	945	560,3
4	Integração nacional	245	405,9
5	Agricultura, pesca e desenvolvimento agrário	472	525,7
6	Desenvolvimento urbano	693	1.425,6
7	Turismo	308	321,7
8	Ciência, tecnologia e comunicações	96	47,0
9	Esporte	427	375,8
10	Meio ambiente	13	5,2
11	Fazenda e planejamento	3	0,6
12	Indústria, comércio e micro e pequenas empresas	19	8,7
13	Trabalho, previdência e assistência social	263	126,4
14	Defesa e justiça	637	469,7
15	Presidência, legislativo, judiciário, MPU, DPU e relações exteriores	312	61,6
Total		7.403	9.097,0

Fonte: Silor/Prodasen.

1.4 Emendas individuais com impedimentos

Os poderes da República, o Ministério Público da União (MPU) e a Defensoria Pública da União (DPU), no prazo de 120 dias da publicação da Lei Orçamentária, verificam os impedimentos para execução das programações decorrentes de emendas individuais e informam as justificativas ao Congresso Nacional, conforme disposto no inciso I do § 14 do art. 166 da Constituição Federal.

Tabela 4 – LOA/2016: Emenda com impedimento por tipo de autor

Valores em milhões de reais

Tipo de autor	Quantidade de autores	Quantidade de emendas				Valor do impedimento			
		Impedimento parcial	Impedimento total	Impedimento por não indicação de beneficiário	Soma geral	Impedimento parcial	Impedimento total	Impedimento por não indicação de beneficiário	Soma geral
Deputado	504	2.282	768	-	3.050	1.483,51	469,84	27,78	1.981,13
Senador	81	323	83	-	406	247,34	54,18	1,30	302,82
Total	585	2.605	851	-	3.456	1.730,85	524,02	29,08	2.283,95

Fonte: Silor/CN e Mensagem nº 7/2016.

1.5 Emendas individuais – Frequência dos tipos de impedimentos

Tabela 5 – LOA/2016: Justificativas das emendas com impedimento

Justificativas	2016	
	Frequência	Porcentagem
Não apresentação do plano de trabalho no prazo	6.816	58,92%
Não atendimento dos ajustes solicitados pelos ministérios aos estados, municípios e entidades privadas no prazo	2.985	25,80%
Outros	946	8,18%
Não aprovação do Plano de Trabalho	296	2,56%
Falta de razoabilidade dos valores, incompatibilidade do valor proposto com o cronograma de execução do projeto ou proposta de valor que impeça a conclusão de uma etapa útil do projeto	230	1,99%
Desistência do proponente	155	1,34%
Incompatibilidade do objeto indicado com a finalidade da ação orçamentária	80	0,69%
Incompatibilidade do objeto indicado com o programa do órgão ou entidade executora	29	0,25%
Saldo não indicado pelo beneficiário da emenda	25	0,22%
Não indicação do beneficiário e respectivo valor da emenda no prazo estabelecido	6	0,05%
Total	11.568	100,00%

Fonte: Silor/CN e Mensagem 7/2016.

1.6 Emendas individuais – Impedimentos por órgãos

Tabela 6 – LOA/2016: Emendas com impedimentos por órgão

Valores em milhões de reais

Órgão	Impedimento sobre parte do valor da emenda		Impedimento sobre o valor total da emenda		Geral	
	Quantidade de emendas	Valor do impedimento	Quantidade de emendas	Valor do impedimento	Quantidade de emendas	Valor do impedimento
Justiça do Trabalho	0	0,00	1	0,50	1	0,50
Justiça Federal	0	0,00	1	1,00	1	1,00
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	157	59,56	32	16,96	189	76,51
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	7	1,87	7	2,82	14	4,70
Ministério da Cultura	51	14,18	77	27,92	128	42,10
Ministério da Defesa	14	3,48	7	6,60	21	10,08
Ministério da Educação	39	18,90	30	9,58	69	28,48
Ministério da Integração Nacional	24	27,91	8	4,22	32	32,13
Ministério da Justiça	36	21,04	106	55,02	142	76,06
Ministério da Saúde	1.650	1.277,65	413	322,07	2.063	1.599,71
Ministério das Cidades	336	191,62	35	27,21	371	218,83
Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos	7	1,71	17	5,31	24	7,02
Ministério do Desenvolvimento Agrário	30	15,91	13	8,60	43	24,51
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	4	1,19	1	0,50	5	1,69
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	37	12,27	39	9,70	76	21,98
Ministério do Esporte	68	31,58	29	11,12	97	42,70
Ministério do Meio Ambiente	2	0,67	2	1,30	4	1,97
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	1	0,10	2	0,40	3	0,50
Ministério do Trabalho e Previdência Social	2	0,16	3	2,50	5	2,66
Ministério do Turismo	138	50,74	25	9,89	163	60,63
Presidência da República	2	0,30	2	0,50	4	0,80
Secretaria de Aviação Civil	0	0,00	1	0,30	1	0,30
Total	2.605	1.730,85	851	524,02	3.456	2.254,87

Fonte: Silor/CN e Mensagem nº 7/2016.

1.7 Emendas individuais – Providências adotadas

A fim de superar os impedimentos apontados pelos poderes da República, MPU e DPU, os parlamentares podem indicar as medidas corretivas ou necessárias para execução das respectivas dotações, conforme disposto no inciso II do § 14 do art. 166 da Constituição Federal. O procedimento foi disciplinado na Instrução Normativa nº 1, de 2014, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO).

A maioria dos casos de impedimentos é sanada por meio de medidas administrativas, decretos para remanejamento de programação e alterações de modalidade e grupo natureza de despesa. A tabela 7 demonstra os montantes das emendas por tipo de providência a ser adotada.

Tabela 7 – LOA/2016: Emendas individuais com impedimentos e indicações

Tipo de autor	Emendas com impedimento	Emendas com indicações legislativas	Emendas com medidas saneadoras	Emendas sem nenhuma providência
Deputado	3.050	901	2.204	499
Senador	406	105	276	83
Total	3.456	1.006	2.480	582

Fonte: Silor/CN.

1.8 Emendas individuais – Crédito suplementar em razão dos impedimentos

Com base nas indicações legislativas, o Executivo envia ao Congresso Nacional projetos de lei de créditos adicionais, conforme disposto no inciso III do § 14 do art. 166 da Constituição Federal, a fim de remanejar as programações cujo impedimento seja insuperável. A tabela 8 apresenta o montante dos recursos dos projetos por órgão e tipo de crédito.

Tabela 8 – LOA/2016: Crédito especial e suplementar derivado da indicação legislativa

Valores em milhões de reais

Órgão	Crédito especial (PLN 10/2016)	Crédito suplementar (PLN 11/2016)
Justiça do Trabalho	500.000	
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	3.602.143	
Ministério da Educação	1.100.000	481.218
Ministério da Justiça	2.200.000	1.550.000
Ministério da Saúde	13.036.438	5.879.218
Ministério da Cultura	250.000	800.000
Ministério do Desenvolvimento Agrário	600.000	
Ministério do Esporte	1.281.218	
Ministério da Integração Nacional		500.000
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	100.000	950.000
Ministério das Cidades	5.150.000	400.000
Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos	250.000	
Total	28.069.799	10.560.436

Fonte: PLN 10/2016 e PLN 11/2016.

1.9 Emendas individuais – Execução de dotações marcadas com RP 6 – Por órgão orçamentário

Tabela 9 – Execução da despesa marcada com RAP 6 por órgão orçamentário

Valores em milhões de reais

Órgão	2014							2015							2016						
	Dotação inicial	Empenhado	Liquidado	Pago	RAP inscrito	RAP pago	RAP a pagar	Dotação inicial	Empenhado	Liquidado	Pago	RAP inscrito	RAP pago	RAP a pagar	Dotação inicial	Empenhado	Liquidado	Pago	RAP inscrito	RAP pago	RAP a pagar
Ministério da Saúde	4.478,8	2.917,2	0,4	0,4	2.916,8	2.116,8	690,8	5.027,2	1.591,6	2,4	1,9	1.589,8	924,9	605,9	4.757,1	3.350,5	52,4	13,9	-	-	-
Ministério das Cidades	1.299,5	1.107,9	-	-	1.107,9	378,6	674,5	1.781,0	757,3	-	-	757,3	110,9	645,0	1.425,6	1.124,4	9,7	8,9	-	-	-
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	440,9	329,8	80,8	71,6	258,2	161,3	85,8	395,8	143,1	1,0	0,0	143,1	68,4	74,5	403,7	259,0	87,4	9,8	-	-	-
Ministério do Esporte	460,7	362,0	1,4	1,4	360,6	97,3	196,0	366,2	150,4	0,3	0,3	150,1	11,5	127,3	375,8	279,8	3,4	3,4	-	-	-
Ministério da Educação	305,5	213,6	23,0	17,9	195,7	85,5	107,9	359,1	129,1	14,7	7,1	122,0	35,7	85,1	439,5	226,0	44,8	8,6	-	-	-
Ministério do Turismo	432,4	342,3	1,9	1,9	340,4	103,4	170,2	336,2	106,7	1,3	1,3	105,4	9,2	90,9	321,7	210,2	9,7	9,7	-	-	-
Ministério da Integração Nacional	255,0	203,4	28,8	2,2	201,3	95,9	73,8	347,9	149,2	3,4	3,4	145,8	33,0	96,8	405,9	320,4	15,7	9,3	-	-	-
Ministério da Defesa	283,4	224,7	18,2	16,7	208,0	107,8	28,2	355,3	152,0	2,2	1,1	150,9	40,0	82,3	295,7	244,8	11,3	5,3	-	-	-
Demais	715,5	441,3	41,4	33,8	407,5	264,2	87,8	713,2	251,0	31,0	29,6	221,4	113,1	101,4	671,9	378,6	32,6	27,7	-	-	-
Total	8.671,6	6.142,26	195,95	145,90	5.996,36	3.410,61	2.115,13	9.681,84	3.430,52	56,25	44,66	3.385,85	1.346,77	1.909,32	9.097,01	6.393,58	266,90	96,62	-	-	-

Fonte: Tesouro gerencial em 28/12/2016.

1.10 Emendas individuais – Execução de dotações marcadas com RP 6 – Por modalidade de aplicação

Tabela 10 – Execução da despesa marcada com RP 6 por modalidade de aplicação

Valores em milhões de reais

Modalidade de aplicação	2014							2015							2016						
	Dotação inicial	Empenhado	Liquidado	Pago	RAP inscrito	RAP pago	RAP a pagar	Dotação inicial	Empenhado	Liquidado	Pago	RAP inscrito	RAP pago	RAP a pagar	Dotação inicial	Empenhado	Liquidado	Pago	RAP inscrito	RAP pago	RAP a pagar
Transferência aos estados e ao Distrito Federal	406,3	212,4	2,9	2,2	210,2	84,2	99,4	590,4	152,8	0,4	0,4	152,4	46,8	99,4	658,4	368,9	14,5	3,6	-	-	-
Transferência aos estados e DF – fundo a fundo	167,3	162,4	-	-	162,4	131,3	30,6	445,4	142,2	-	-	142,2	86,1	56,1	528,4	430,6	9,0	9,0	-	-	-
Execução orçamentária delegada aos estados e DF	12,6	12,0	-	-	12,0	4,5	0,8	18,8	18,8	-	-	18,8	2,3	12,8	52,4	46,9	-	-	-	-	-
Transferências fundo a fundo art. 25 LC 141/12	-	-	-	-	-	-	-	1,5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências a municípios	4.131,6	2.601,9	111,4	85,1	2.516,8	916,1	1.347,2	4.226,4	1.416,2	7,7	6,5	1.409,7	241,6	1.136,9	3.203,0	2.170,1	111,2	36,5	-	-	-
Transferências a municípios – fundo a fundo	2.094,5	2.081,7	-	-	2.081,7	1.536,7	508,6	2.277,5	983,0	0,4	0,1	982,9	569,7	399,2	2.694,4	2.082,8	1,7	1,7	-	-	-
Execução orçamentária delegada a municípios	199,8	199,5	15,6	15,6	183,9	96,0	23,0	120,8	120,0	-	-	120,0	27,1	68,3	175,9	167,0	-	-	-	-	-
Transferência a instituições privadas sem fins lucrativos	791,6	499,9	5,1	5,1	494,9	383,0	44,5	1.060,8	333,6	1,5	1,0	332,6	237,7	49,0	816,6	634,0	40,7	5,8	-	-	-
Demais	868,0	372,3	60,9	37,9	334,5	258,8	61,0	940,2	263,9	46,3	36,7	227,2	135,4	87,6	967,9	493,3	89,7	39,9	-	-	-
Total	8.671,6	6.142,3	196,0	145,9	5.996,4	3.410,6	2.115,1	9.681,8	3.430,5	56,2	44,7	3.385,9	1.346,8	1.909,3	9.097,0	6.393,6	266,9	96,6	-	-	-

Fonte: Tesouro gerencial em 28/12/2016.

1.11 Emendas individuais – Execução de dotações marcadas com RP 6 – Por grupo de despesa

Tabela 11 – Execução da despesa marcada com RP 6 por GND

Valores em milhões de reais

Modalidade de aplicação	2014							2015							2016						
	Dotação inicial	Empenhado	Liquidado	Pago	RAP inscrito	RAP pago	RAP a pagar	Dotação inicial	Empenhado	Liquidado	Pago	RAP inscrito	RAP pago	RAP a pagar	Dotação inicial	Empenhado	Liquidado	Pago	RAP inscrito	RAP pago	RAP a pagar
Outras despesas correntes	1.198,2	592,7	30,7	22,2	570,5	363,9	148,9	1.533,7	510,3	30,7	25,3	485,0	230,6	228,4	2.114,7	1.480,7	59,8	36,8	-	-	-
Investimentos	7.471,5	5.548,1	163,9	122,3	5.425,8	3.046,7	1.966,2	8.126,6	2.914,5	21,9	15,6	2.898,9	1.114,4	1.680,7	6.964,2	4.905,5	206,3	59,0	-	-	-
Inversões financeiras	2,0	1,4	1,4	1,4	-	-	-	21,6	5,7	3,7	3,7	2,0	1,8	0,3	16,6	7,4	0,8	0,8	-	-	-
Reserva de contingência	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,4	-	-	-	-	-	-
Total	8.671,7	6.142,2	196,0	145,9	5.996,4	3.410,6	2.115,1	9.681,8	3.430,5	56,2	44,7	3.385,9	1.346,8	1.909,3	9.097,0	6.393,6	266,9	96,6	-	-	-

Fonte: Tesouro gerencial em 28/12/2016.

2

Execução orçamentária e financeira
das dotações decorrentes de
EMENDAS INDIVIDUAIS

2.1 Execução das dotações decorrentes de emendas individuais

A tabela 12 mostra a execução do ano e de restos a pagar das emendas individuais em anos selecionados.

Tabela 12 – Execução das emendas individuais no ano

Valores em milhões de reais

Execução	Item	2013	2014	2015
No exercício	Dotação inicial	8.424,0	8.167,2	9.681,8
	Autorizado	8.453,5	8.241,7	9.645,7
	Empenhado	5.057,6	5.876,2	3.419,6
	Pago	139,6	125,7	43,8
RAP	Inscrito	7.764,3	9.440,6	12.032,9
	Cancelado	968,2	943,7	381,1
	Pago	2.273,6	2.214,5	4.156,4
	A pagar	4.522,7	6.282,4	7.495,3

Fonte: Siga.
Dados de 3/12/2016.
Execução até 28/11/2016.

Tabela 13 – Execução das emendas individuais entre janeiro e novembro

Valores em milhões de reais

Execução	Item	2014	2015	2016
No exercício	Dotação inicial	8.167,2	9.681,8	8.097,0
	Autorizado	8.232,7	9.663,3	9.104,2
	Empenhado	5.296,2	2.401,0	6.056,1
	Pago	34,2	21,2	85,2
RAP	Inscrito	9.440,6	12.032,9	10.871,2
	Cancelado	292,1	354,9	900,5
	Pago	2.104,8	3.178,3	2.884,6
	A pagar	7.043,7	8.499,7	6.972,8

Fonte: Siga.
 Dados de 3/12/2016.
 Execução até 28/11/2016.

2.2 Valores empenhados mensalmente relativos às dotações decorrentes de emendas individuais

Tabela 14 – Valores empenhados mensalmente

Valores em milhões de reais

Mês	2014	2015	2016
Janeiro	0,0	0,0	0,0
Fevereiro	0,8	0,0	3,3
Março	0,0	0,0	4,4
Abril	0,2	4,8	69,0
Maiο	968,0	1,3	3.803,0
Junho	1.785,9	7,1	625,5
Julho	1.305,9	2,5	260,6
Agosto	46,7	6,3	-26,0
Setembro	504,2	-1,6	111,1
Outubro	224,9	1.197,2	258,0
Novembro	459,5	1.183,5	947,3
Dezembro	580,0	1.018,6	0,0
Total	5.876,2	3.419,6	6.056,1
Total/RCL do ano anterior (%)	0,90	0,53	0,90

Fonte: Siga.
Dados de 3/12/2016.
Execução até 28/11/2016.

2.3 Valores empenhados, acumulados mensalmente, relativos às dotações decorrentes de emendas individuais

A tabela 15 foi construída com os valores de empenhos acumulados mês a mês e mostra, de forma segregada, o impacto dos empenhos efetuados mensalmente e quanto isso representa percentualmente na RCL do ano anterior.

Tabela 15 – Valores empenhados, acumulados mensalmente

Valores em milhões de reais

Mês	2014				2015				2016			
	Valores nominais	% Empenhado	% Autorizado	% RCL ano anterior	Valores nominais	% Empenhado	% Autorizado	% RCL ano anterior	Valores nominais	% Empenhado	% Autorizado	% RCL ano anterior
Janeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fevereiro	0,8	0,0	0,0	0,0	-	-	-	-	3,3	0,1	0,0	0,0
Março	0,9	0,0	0,0	0,0	-	-	-	-	7,7	0,1	0,1	0,0
Abril	1,1	0,0	0,0	0,0	4,8	0,1	0,0	0,0	76,7	1,3	0,8	0,0
Mai	969,0	16,5	11,8	0,1	6,1	0,2	0,1	0,0	3.879,7	64,1	42,6	0,6
Junho	2.755,0	46,9	33,4	0,4	13,1	0,4	0,1	0,0	4.505,2	74,4	49,5	0,7
Julho	4.060,8	69,1	49,3	0,6	15,6	0,5	0,2	0,0	4.765,7	78,7	52,3	0,7
Agosto	4.107,6	69,9	49,8	0,6	21,9	0,6	0,2	0,0	4.739,8	78,3	52,1	0,7
Setembro	4.611,8	78,5	56,0	0,7	20,3	0,6	0,2	0,0	4.850,8	80,1	53,3	0,7
Outubro	4.836,7	82,3	58,7	0,7	1.217,6	35,6	12,6	0,2	5.108,8	84,4	56,1	0,8
Novembro	5.296,2	90,1	64,3	0,8	2.401,0	70,2	24,9	0,4	6.056,1	100,0	66,5	0,9
Dezembro	5.876,2	100,0	71,3	0,9	3.419,6	100,0	35,5	0,5	-	-	-	-

Fonte: Siga.

Dados de 3/12/2016.

Execução até 28/11/2016.

2.4 Valores pagos mensalmente, inclusive restos a pagar, relativos às dotações decorrentes de emendas individuais

A tabela 16 mostra os valores pagos mensalmente para os exercícios selecionados. Os pagamentos feitos representam basicamente pagamentos de restos a pagar de emendas individuais de anos anteriores.

Tabela 16 – Valores pagos mensalmente

Valores em milhões de reais

Mês	2014	2015	2016
Janeiro	105,0	414,3	45,2
Fevereiro	194,0	150,9	57,4
Março	168,6	39,9	341,8
Abril	344,3	29,0	218,7
Maiο	301,2	72,5	133,0
Junho	353,9	93,9	795,8
Julho	242,8	167,4	210,7
Agosto	98,8	415,7	169,4
Setembro	49,1	691,6	151,2
Outubro	111,2	445,7	240,4
Novembro	170,3	678,8	606,1
Dezembro	201,2	1.000,7	0,0
Total	2.340,2	4.200,2	2.969,8
Total/RCL do ano anterior (%)	0,36	0,65	0,44

Fonte: Siga.

Dados de 3/12/2016.

Execução até 28/11/2016.

2.5 Valores pagos, acumulados mensalmente, relativos às dotações decorrentes de emendas individuais

A tabela 17 foi construída com os valores pagos, acumulados mês a mês, nos exercícios selecionados, e mostra, de forma segregada, o impacto dos pagamentos efetuados mensalmente em cada ano.

Tabela 17 – Valores pagos, acumulados mensalmente

Valores em milhões de reais

Mês	2014			2015			2016		
	Valores nominais	% Pago	% RCL ano anterior	Valores nominais	% Pago	% RCL ano anterior	Valores nominais	% Pago	% RCL ano anterior
Janeiro	105,0	4,5	0,0	414,3	9,9	0,1	45,2	1,5	0,0
Fevereiro	299,0	12,8	0,0	565,2	13,5	0,1	102,6	3,5	0,0
Março	467,5	20,0	0,1	605,0	14,4	0,1	444,5	15,0	0,1
Abril	811,8	34,7	0,1	634,0	15,1	0,1	663,2	22,3	0,1
Maiο	1.113,0	47,6	0,2	706,5	16,8	0,1	796,2	26,8	0,1
Junho	1.466,9	62,7	0,2	800,3	19,1	0,1	1.592,0	53,6	0,2
Julho	1.709,7	73,1	0,3	967,7	23,0	0,2	1.802,7	60,7	0,3
Agosto	1.808,5	77,3	0,3	1.383,4	32,9	0,2	1.972,2	66,4	0,3
Setembro	1.857,6	79,4	0,3	2.075,0	49,4	0,3	2.123,3	71,5	0,3
Outubro	1.968,8	84,1	0,3	2.520,7	60,0	0,4	2.363,7	79,6	0,4
Novembro	2.139,0	91,4	0,3	3.199,5	76,2	0,5	2.969,8	100,0	0,4
Dezembro	2.340,2	100,0	0,4	4.200,2	100,0	0,7	-	-	-

Fonte: Siga.
Dados de 3/12/2016.
Execução até 28/11/2016.

Tabela 18 – Pagamentos efetuados entre janeiro e outubro

Valores em milhões de reais

Execução financeira		2013	2014	2015
Valores nominais	Pago no ano	10,5	13,8	9,8
	Restos a pagar	1.918,6	1.955,1	2.510,9
	Total	1.929,1	1.968,9	2.520,7
% RCL do ano anterior	Pago no ano	0,00	0,00	0,00
	Restos a pagar	0,31	0,30	0,39
	Total	0,31	0,30	0,39

Fonte: Siga.

Dados de 20/11/2015.

Execução até 31/10/2015.

2.6 Execução das dotações decorrentes de emendas individuais por órgão

A tabela 19 mostra os pagamentos no exercício ou de restos a pagar de anos anteriores. O exame da execução por órgão permite constatar as diferenças quanto à taxa de execução orçamentária e financeira.

Tabela 19 – Execução orçamentária das emendas individuais por órgão

Valores em milhões de reais

Órgão	2013					2014					2015				
	Autorizado	Empenhado	Pago	RAP inscrito	RAP pago	Autorizado	Empenhado	Pago	RAP inscrito	RAP pago	Autorizado	Empenhado	Pago	RAP inscrito	RAP pago
Ministério das Cidades	1.891,7	1.189,6	0,4	1.894,3	435,0	1.284,6	1.092,6	0,0	2.398,4	324,9	1.782,0	757,3	0,0	2.915,1	805,4
Ministério da Saúde	2.047,5	871,0	98,1	1.504,7	509,8	4.255,9	2.794,7	0,1	1.583,6	567,3	5.023,8	1.591,6	1,9	3.705,0	1.625,6
Ministério do Turismo	805,7	519,7	2,4	1.155,1	219,4	425,5	341,3	1,9	1.313,4	155,1	337,0	106,7	1,3	1.380,7	333,7
Ministério do Esporte	701,1	479,7	0,0	919,3	161,4	461,3	362,0	1,4	1.126,8	135,1	366,6	150,4	0,3	1.228,2	296,9
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	785,3	541,4	3,6	611,5	279,7	422,2	316,7	70,0	822,2	376,1	395,8	143,1	0,0	596,2	286,0
Ministério da Integração Nacional	410,1	325,8	7,9	622,1	145,2	255,6	203,7	2,2	676,7	131,4	347,6	147,7	3,4	658,2	200,1
Ministério da Educação	404,8	230,4	6,4	251,9	118,1	233,5	168,5	7,0	336,2	61,2	359,0	128,9	7,0	424,3	86,8
Ministério da Defesa	395,8	307,0	5,7	231,4	156,8	231,2	174,8	15,7	356,4	170,7	355,6	152,0	1,1	317,7	144,4
Ministério do Desenvolvimento Agrário	238,4	179,1	0,0	137,0	80,5	127,8	102,4	0,0	230,9	97,2	137,9	56,0	0,1	215,7	132,0
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	97,1	48,9	0,0	94,4	41,7	82,4	58,7	10,1	88,7	32,2	76,1	29,9	0,0	94,7	54,3
Demais	675,9	365,0	15,1	342,4	125,9	461,7	260,7	17,3	507,5	163,2	464,2	155,9	28,7	497,1	191,3
Total	8.453,5	5.057,6	139,6	7.764,3	2.273,6	8.241,7	5.876,2	125,7	9.440,6	2.214,5	9.645,4	3.419,6	43,8	12.032,9	4.156,4

Fonte: Siga.

Dados de 3/12/2015.

Executado até 28/11/2016.

Tabela 20 – Execução orçamentária das emendas individuais por órgão, de janeiro a novembro

Valores em milhões de reais

Órgão	2014					2015					2016				
	Autorizado	Empenhado	Pago	RAP inscrito	RAP pago	Autorizado	Empenhado	Pago	RAP inscrito	RAP pago	Autorizado	Empenhado	Pago	RAP inscrito	RAP pago
Ministério da Saúde	4.258,0	2.423,2	0,1	1.583,6	548,0	5.027,6	947,0	0,0	3.705,0	1.271,5	4.768,5	3.147,4	13,3	3.570,3	1.467,3
Ministério das Cidades	1.284,6	1.057,1	0,0	2.398,4	324,9	1.781,7	633,5	0,0	2.915,1	606,0	1.425,1	1.124,4	5,5	2.856,1	579,3
Ministério da Educação	233,3	148,6	3,5	336,2	58,3	359,1	106,0	0,8	424,3	63,1	440,0	207,8	7,7	453,9	69,3
Ministério da Integração Nacional	255,6	189,6	1,5	676,7	127,2	347,6	140,9	0,1	658,2	150,4	408,6	284,1	5,7	550,2	101,5
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	422,2	291,1	3,3	822,2	344,4	395,8	89,8	0,0	596,2	237,1	403,5	255,2	8,5	452,5	125,8
Ministério do Esporte	461,3	341,8	1,4	1.126,8	134,7	366,6	115,9	0,0	1.228,2	196,4	376,3	255,0	3,4	1.068,1	126,5
Ministério do Turismo	428,2	328,8	0,3	1.313,4	154,2	337,0	81,9	1,1	1.380,7	234,9	321,2	190,7	9,7	1.136,1	167,4
Ministério da Defesa	231,2	165,0	13,6	356,4	135,7	355,9	105,7	0,0	317,7	82,5	295,5	241,4	5,0	247,8	77,4
Ministério do Desenvolvimento Agrário	128,3	93,0	0,0	230,9	94,7	137,9	33,3	0,0	215,7	122,5	121,7	93,1	4,8	134,2	54,8
Ministério da Cultura	131,2	45,6	2,3	165,7	19,7	119,0	14,2	2,0	163,6	25,0	116,6	40,6	2,0	106,2	13,5
Demais	398,7	212,4	8,2	430,5	163,2	435,2	132,9	17,3	428,1	188,9	427,4	216,4	19,7	295,9	101,8
Total	8.232,7	5.296,2	34,2	9.440,6	2.104,8	9.663,3	2.401,0	21,2	12.032,9	3.178,3	9.104,2	6.056,1	85,2	10.871,2	2.884,6

Fonte: Siga.
 Dados de 3/12/2016.
 Execução até 28/11/2016.

2.7 Execução das dotações decorrentes de emendas individuais por modalidade de aplicação

A tabela 21 mostra os pagamentos no exercício ou de restos a pagar de anos anteriores, de acordo com a modalidade de aplicação. A grande parte das emendas é destinada aos municípios. O exame da proporção dos valores pagos por modalidade

de aplicação mostra diferentes taxas de execução financeira, dependendo da modalidade e do exercício.

Tabela 21 – Execução orçamentária das emendas individuais por modalidade de aplicação

Valores em milhões de reais

Modalidade de aplicação	2013					2014					2015				
	Autorizado	Empenhado	Pago	RAP inscrito	RAP pago	Autorizado	Empenhado	Pago	RAP inscrito	RAP pago	Autorizado	Empenhado	Pago	RAP inscrito	RAP pago
Transferências a municípios	5.505,7	3.387,2	10,9	5.616,4	1.388,3	4.088,3	2.572,5	83,8	6.818,3	1.202,1	4.240,2	1.415,7	6,5	7.354,0	2.045,8
Transferências a municípios – fundo a fundo	725,6	591,7	93,8	398,4	164,1	2.039,5	2.026,6	0,0	729,9	342,2	2.265,2	983,0	0,1	2.406,3	1.151,1
Transferências a estados e ao DF	638,9	258,9	3,6	722,9	165,3	374,1	198,0	2,2	696,1	155,1	592,9	152,8	0,4	634,3	149,0
Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos	440,7	171,6	3,8	467,2	221,0	744,8	477,4	5,1	371,3	142,3	1.057,5	333,6	1,0	658,9	375,3
Aplicações diretas	458,6	287,2	19,3	333,4	175,6	397,0	269,9	19,0	414,9	176,9	580,2	243,5	35,7	474,2	221,9
Execução orçamentária delegada a municípios	275,3	269,9	1,4	97,0	73,2	159,0	158,7	15,4	292,2	146,9	120,8	120,0	0,0	277,6	129,7
A definir	282,7	0,0	0,0	0,0	0,0	254,2	0,0	0,0	0,0	0,0	302,8	0,0	0,0	0,0	0,0
Transferência a estados e ao DF – fundo a fundo	86,4	56,3	4,4	72,0	57,9	157,8	152,9	0,0	64,1	31,3	443,1	142,2	0,0	183,2	70,7
Execução orçamentária delegada aos estados/DF	29,3	26,7	2,0	45,4	26,6	9,0	8,4	0,0	43,2	10,9	18,8	18,8	0,0	30,2	9,8
Transferência a instituições multigovernamentais	0,0	0,0	0,0	8,9	0,3	11,8	10,2	0,0	1,6	0,2	8,4	6,4	0,0	11,5	2,9
Demais	10,3	8,2	0,5	2,7	1,2	6,3	1,4	0,2	8,9	6,7	15,7	3,6	0,1	2,8	0,2
Total	8.453,5	5.057,6	139,6	7.764,3	2.273,6	8.241,7	5.876,2	125,7	9.440,6	2.214,5	9.645,7	3.419,6	43,8	12.032,9	4.156,4

Fonte: Siga.
Dados de 3/12/2016.
Execução até 28/11/2016.

Tabela 22 – Execução orçamentária das emendas individuais por modalidade de aplicação, de janeiro a novembro

Valores em milhões de reais

Modalidade de aplicação	2014					2015					2016				
	Autorizado	Empenhado	Pago	RAP inscrito	RAP pago	Autorizado	Empenhado	Pago	RAP inscrito	RAP pago	Autorizado	Empenhado	Pago	RAP inscrito	RAP pago
Transferências a municípios	4.264,7	2.448,6	5,3	6.818,3	1.165,1	4.276,9	1.099,1	2,5	7.354,0	1.527,7	3.225,0	2.119,8	30,1	6.525,3	1.135,2
Transferências a municípios – fundo a fundo	1.819,5	1.785,3	0,0	729,9	335,8	2.242,3	687,0	0,0	2.406,3	845,8	2.677,2	2.007,8	1,7	2.234,4	986,7
Transferências a estados e ao DF	397,7	163,7	0,5	696,1	141,1	602,0	100,9	0,0	634,3	119,2	660,9	331,3	2,4	605,0	92,1
Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos	758,1	403,6	3,5	371,3	131,9	1.062,5	149,5	0,0	658,9	368,7	814,2	593,4	5,0	550,1	275,2
Aplicações diretas	365,6	199,7	11,2	414,9	168,4	587,2	182,1	18,6	474,2	204,1	683,6	399,6	35,7	451,5	188,1
A definir	322,9	0,0	0,0	0,0	0,0	329,1	0,0	0,0	0,0	0,0	260,2	0,0	0,0	0,0	0,0
Execução orçamentária delegada a municípios	147,2	147,2	13,5	292,2	114,9	93,0	92,3	0,0	277,6	73,8	175,1	166,8	0,0	204,0	65,0
Transferências a estados e ao DF	127,8	126,3	0,0	64,1	31,3	433,5	69,8	0,0	183,2	32,2	524,8	371,7	9,0	254,6	137,0
Execução orçamentária delegada aos estados/DF	11,8	11,2	0,0	43,2	9,5	13,2	13,2	0,0	30,2	3,7	52,2	46,7	0,0	26,4	1,3
Transferências a instituições multigovernamentais	5,5	0,0	0,0	7,3	5,4	11,1	0,4	0,0	2,0	0,0	5,7	1,5	0,0	2,7	0,6
Demais	12,0	10,5	0,2	3,2	1,5	12,5	6,6	0,0	12,2	3,1	25,4	17,5	1,3	17,4	3,3
Total	8.232,7	5.296,2	34,2	9.440,6	2.104,8	9.663,3	2.401,0	21,2	12.032,9	3.178,3	9.104,2	6.056,1	85,2	10.871,2	2.884,6

Fonte: Siga.

Dados de 3/12/2016.

Execução até 28/11/2016.

2.8 Execução das dotações decorrentes de emendas individuais por GND

A tabela 23 mostra a execução das dotações decorrentes de emendas individuais por GND. A maior parte das emendas incide sobre os investimentos.

Tabela 23 – Execução orçamentária das emendas individuais por grupo de natureza de despesa

Valores em milhões de reais

GND	2013					2014					2015				
	Autorizado	Realizado	Pago	RAP inscrito	RAP pago	Autorizado	Realizado	Pago	RAP inscrito	RAP pago	Autorizado	Realizado	Pago	RAP inscrito	RAP pago
Pessoal e encargos sociais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras despesas correntes	650,3	263,0	12,3	483,1	156,9	909,8	501,9	18,2	497,0	150,9	1.532,7	510,1	25,2	769,3	319,7
Investimentos	7.796,9	4.788,3	127,2	7.281,1	2.116,7	7.329,9	5.372,8	106,1	8.937,5	2.063,6	8.100,6	2.904,1	14,9	11.257,5	3.830,6
Inversões financeiras	6,4	6,3	0,2	0,0	0,0	2,0	1,4	1,4	6,1	0,0	12,4	5,5	3,7	6,1	6,1
Total	8.453,5	5.057,6	139,6	7.764,3	2.273,6	8.241,7	5.876,2	125,7	9.440,6	2.214,5	9.645,7	3.419,6	43,8	12.032,9	4.156,4

Fonte: Siga.

Dados de 3/12/2016.

Execução até 28/11/2016.

Tabela 24 – Execução orçamentária das emendas individuais por grupo de natureza de despesa, de janeiro a novembro

Valores em milhões de reais

GND	2013				2014				2015			
	Autorizado	Pago	RAP inscrito	RAP pago	Autorizado	Pago	RAP inscrito	RAP pago	Autorizado	Pago	RAP inscrito	RAP pago
Pessoal e encargos sociais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras despesas correntes	912,4	11,9	497,0	140,4	1.531,9	10,8	769,3	264,0	2.133,7	34,3	874,1	280,0
Investimentos	7.318,3	20,9	8.937,5	1.964,4	8.114,9	6,7	11.257,5	2.908,2	6.958,9	50,1	9.995,4	2.603,1
Inversões financeiras	2,0	1,4	6,1	0,0	16,6	3,7	6,1	6,1	11,4	0,8	1,8	1,5
Total	8.232,7	34,2	9.440,6	2.104,8	9.663,3	21,2	12.032,9	3.178,3	9.104,0	85,2	10.871,2	2.884,6

Fonte: Siga.

Dados de 3/12/2016.

Execução até 28/11/2016.

3 Execução orçamentária e financeira das EMENDAS COLETIVAS

3.1 Execução das dotações decorrentes de emendas coletivas

Tabela 25 – Execução das emendas coletivas

Valores em milhões de reais

Execução	Item	2013	2014	2015
No exercício	Dotação inicial	10.433,2	8.048,6	7.912,8
	Autorizado	10.350,9	8.049,6	7.841,8
	Empenhado	135,31	167,10	87,02
	Pago	27,72	17,55	1,45
RAP	Inscrito	2.579,7	1.841,6	1.391,0
	Cancelado	183,50	188,96	103,88
	Pago	662,15	411,18	297,41
	A pagar	1.734,0	1.241,5	989,76

Fonte: Siga.

Dados de 3/12/2016.

Execução até 28/11/2016.

Observa-se na tabela 26 o aumento expressivo, em 2016, do montante empenhado de emendas coletivas em relação ao executado nos dois anos anteriores. Esse crescimento deve-se à inclusão de dispositivo na LDO 2016 obrigando a execução de

programações constantes da Seção I do Anexo de Prioridades e Metas, incluídas ou acrescidas por emendas de bancada estadual.

Tabela 26 – Execução das emendas coletivas entre janeiro e novembro

Valores em milhões de reais

Execução	Item	2014	2015	2016
No exercício	Dotação inicial	8.048,6	7.912,8	6.274,4
	Autorizado	8.050,3	7.899,1	6.116,8
	Empenhado	64,9	36,4	697,2
	Pago	15,6	1,8	316,5
RAP	Inscrito	1.841,6	1.391,0	1.075,3
	Pago	395,9	226,4	118,0
	Cancelado	82,4	100,9	62,4
	A pagar	1.363,3	1.063,8	895,0

Fonte: Siga.

Dados de 3/12/2016.

Execução até 28/11/2016.

3.2 Valores empenhados mensalmente relativos às dotações decorrentes de emendas coletivas

Tabela 27 – Valores empenhados mensalmente

Valores em milhões de reais

Mês	2014	2015	2016
Janeiro	0,0	0,0	0,0
Fevereiro	25,2	0,0	0,0
Março	9,3	0,0	20,2
Abril	1,0	0,0	61,2
Maio	0,0	0,8	142,7
Junho	0,5	0,6	207,8
Julho	3,0	0,2	33,3
Agosto	24,7	0,5	118,2
Setembro	1,2	0,1	24,5
Outubro	0,0	22,9	31,8
Novembro	0,1	11,2	57,5
Dezembro	102,2	50,6	0,0
Total	167,1	87,0	697,2
Total/RCL do ano anterior (%)	0,03	0,01	0,10

Fonte: Siga.
Dados de 28/11/2016.
Execução até 3/12/2016.

3.3 Valores empenhados, acumulados mensalmente, relativos às dotações decorrentes de emendas coletivas

A tabela 28 foi construída com os valores de empenhos, acumulados mês a mês, para os exercícios selecionados, a fim de mostrar, de forma segregada, o impacto dos empenhos efetuados mensalmente.

Tabela 28 – Valores empenhados, acumulados mensalmente

Valores em milhões de reais

Mês	2014				2015				2016			
	Valores nominais	% Empenhado	% Autorizado	% RCL ano anterior	Valores nominais	% Empenhado	% Autorizado	% RCL ano anterior	Valores nominais	% Empenhado	% Autorizado	% RCL ano anterior
Janeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fevereiro	25,2	15,1	0,3	0,0	-	-	-	-	-	-	-	-
Março	34,5	20,6	0,4	0,0	-	-	-	-	20,2	2,9	0,3	0,0
Abril	35,5	21,2	0,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	81,4	11,7	1,4	0,0
Maio	35,5	21,2	0,4	0,0	0,8	1,0	0,0	0,0	224,0	32,1	3,7	0,0
Junho	36,0	21,5	0,4	0,0	1,5	1,7	0,0	0,0	431,9	61,9	7,2	0,1
Julho	38,9	23,3	0,5	0,0	1,7	1,9	0,0	0,0	465,2	66,7	7,7	0,1
Agosto	63,6	38,1	0,8	0,0	2,2	2,5	0,0	0,0	583,4	83,7	9,7	0,1
Setembro	64,8	38,8	0,8	0,0	2,3	2,7	0,0	0,0	607,9	87,2	10,1	0,1
Outubro	64,8	38,8	0,8	0,0	25,2	29,0	0,3	0,0	639,7	91,8	10,6	0,1
Novembro	64,9	38,9	0,8	0,0	36,4	41,9	0,5	0,0	697,2	100,0	11,6	0,1
Dezembro	167,1	100,0	2,1	0,0	87,0	100,0	1,1	0,0	-	-	-	-

Fonte: Siga.

Dados de 28/11/2016.

Execução até 3/12/2016.

3.4 Valores pagos mensalmente, inclusive restos a pagar, relativos às dotações decorrentes de emendas coletivas

Tabela 29 – Valores pagos mensalmente

Valores em milhões de reais

Mês	2014	2015	2016
Janeiro	33,4	55,2	11,2
Fevereiro	52,1	10,0	8,1
Março	13,1	26,4	6,3
Abril	36,2	3,9	43,8
Maio	64,0	20,1	83,3
Junho	14,9	12,9	52,4
Julho	19,4	15,6	11,3
Agosto	28,3	38,4	54,6
Setembro	32,1	24,0	93,8
Outubro	22,1	6,8	19,6
Novembro	95,9	14,6	50,2
Dezembro	17,2	70,7	0,0
Total	428,7	298,9	434,5
Total/RCL do ano anterior (%)	0,07	0,05	0,06

Fonte: Siga.
Dados de 28/11/2016.
Execução até 3/12/2016.

3.5 Valores pagos, acumulados mensalmente, relativos às dotações decorrentes de emendas coletivas

A tabela 30 foi construída com os valores pagos, acumulados mês a mês, para os exercícios selecionados, mostrando adicionalmente os percentuais acumulados.

Tabela 30 – Valores pagos, acumulados mensalmente

Valores em milhões de reais

Ano	2014			2015			2016		
	Valores nominais	% Pago	% RCL ano anterior	Valores nominais	% Pago	% RCL ano anterior	Valores nominais	% Pago	% RCL ano anterior
Janeiro	33,4	7,8	0,0	55,2	18,5	0,0	11,2	2,6	0,0
Fevereiro	85,5	19,9	0,0	65,2	21,8	0,0	19,3	4,4	0,0
Março	98,6	23,0	0,0	91,7	30,7	0,0	25,6	5,9	0,0
Abril	134,8	31,4	0,0	95,6	32,0	0,0	69,4	16,0	0,0
Maiο	198,9	46,4	0,0	115,7	38,7	0,0	152,7	35,1	0,0
Junho	213,8	49,9	0,0	128,6	43,0	0,0	205,1	47,2	0,0
Julho	233,1	54,4	0,0	144,2	48,3	0,0	216,4	49,8	0,0
Agosto	261,4	61,0	0,0	182,7	61,1	0,0	271,0	62,4	0,0
Setembro	293,6	68,5	0,0	206,7	69,2	0,0	364,8	84,0	0,1
Outubro	315,6	73,6	0,0	213,5	71,4	0,0	384,3	88,5	0,1
Novembro	411,5	96,0	0,1	228,1	76,3	0,0	434,5	100,0	0,1
Dezembro	428,7	100,0	0,1	298,9	100,0	0,0	-	-	-

Fonte: Siga.
 Dados de 28/11/2016.
 Execução até 3/12/2016.

Tabela 31 – Pagamentos efetuados entre janeiro e novembro

Valores em milhões de reais

Execução	Financeira	2014	2015	2016
Valores nominais	Pago no ano	15,6	1,8	316,5
	Restos a pagar	395,9	226,4	118,0
	Total	411,5	228,1	434,5
% RCL do ano anterior	Pago no ano	0,0	0,0	0,0
	Restos a pagar	0,1	0,0	0,0
	Total	0,1	0,0	0,1

Fonte: Siga.

Dados de 28/11/2016.

Execução até 3/12/2016.

3.6 Execução das dotações decorrentes de emendas coletivas por órgão

A tabela 32 mostra os valores autorizados, empenhados e pagos e os RAP por órgão orçamentário para os exercícios selecionados. O exame da execução por órgão permite constatar as diferenças quanto à taxa de execução orçamentária e financeira.

Tabela 32 – Execução orçamentária das emendas coletivas por órgão

Valores em milhões de reais

Órgão	2013					2014					2015				
	Autorizado	Realizado	Pago	RAP inscrito	RAP pago	Autorizado	Realizado	Pago	RAP inscrito	RAP pago	Autorizado	Realizado	Pago	RAP inscrito	RAP pago
Ministério das Cidades	2.571,7	0,0	0,0	400,8	101,7	1.497,3	0,0	0,0	294,0	18,5	1.365,2	20,0	0,0	267,0	40,3
Ministério da Saúde	2.026,3	0,0	0,0	701,2	177,5	1.319,8	0,0	0,0	496,1	185,5	1.302,1	0,0	0,0	306,0	60,3
Ministério do Turismo	846,9	0,0	0,0	372,6	39,1	322,4	0,0	0,0	316,9	31,8	355,5	0,0	0,0	285,2	31,2
Ministério do Esporte	230,5	0,0	0,0	97,9	9,4	139,3	0,0	0,0	64,1	11,4	122,9	0,0	0,0	52,6	6,9
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	227,9	0,0	0,0	40,5	9,5	220,6	0,0	0,0	16,7	4,2	216,2	0,0	0,0	12,5	0,4
Ministério da Integração Nacional	1.136,8	0,0	0,0	228,8	40,1	1.086,7	0,0	0,0	187,8	12,6	845,2	0,0	0,0	154,0	38,8
Ministério da Educação	803,0	0,0	0,0	257,3	158,3	774,1	0,0	0,0	90,5	60,0	684,4	2,0	0,0	22,3	7,4
Ministério da Defesa	274,3	0,0	0,0	31,1	11,6	317,2	2,4	2,4	11,3	3,4	345,0	0,0	0,0	7,9	2,1
Ministério do Desenvolvimento Agrário	177,0	0,0	0,0	0,0	0,0	74,1	0,0	0,0	0,0	0,0	111,4	0,0	0,0	0,0	0,0
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	19,5	0,0	0,0	0,0	0,0	13,8	0,0	0,0	0,0	0,0	15,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Demais	2.036,9	135,3	27,7	449,5	114,8	2.284,3	164,7	15,2	364,2	83,7	2.478,8	65,0	1,4	283,5	110,0
Total	10.350,9	135,3	27,7	2.579,7	662,1	8.049,6	167,1	17,5	1.841,6	411,2	7.841,8	87,0	1,4	1.391,0	297,4

Fonte: Siga.
 Dados de 3/12/2016.
 Execução até 28/11/2016.

Tabela 33 – Execução orçamentária das emendas coletivas por órgão, de janeiro a novembro

Valores em milhões de reais

Órgão	2014					2015					2016				
	Autorizado	Realizado	Pago	RAP inscrito	RP pago	Autorizado	Realizado	Pago	RAP inscrito	RP pago	Autorizado	Realizado	Pago	RAP inscrito	RAP pago
Ministério da Saúde	1.319,8	0,0	0,0	496,1	185,5	1.302,1	0,0	0,0	306,0	56,5	1.390,6	342,3	301,3	208,3	3,2
Ministério dos Transportes	1.375,3	52,5	11,5	107,9	34,5	1.449,8	0,0	0,0	53,9	30,1	1.240,7	127,8	7,9	20,7	8,0
Ministério das Cidades	1.497,3	0,0	0,0	294,0	18,5	1.365,2	0,0	0,0	267,0	27,2	702,7	0,0	0,0	237,9	11,1
Ministério da Integração Nacional	1.086,7	0,0	0,0	187,8	12,6	845,2	0,0	0,0	154,0	16,0	578,8	0,0	0,0	103,4	15,0
Ministério da Educação	774,1	0,0	0,0	90,5	58,3	684,4	0,0	0,0	22,3	5,2	427,1	159,1	0,0	14,7	3,9
Ministério da Defesa	306,2	2,4	2,4	11,3	3,3	345,0	0,0	0,0	7,9	2,1	310,6	28,1	0,0	5,8	0,0
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	220,6	0,0	0,0	16,7	0,9	216,2	0,0	0,0	12,5	0,4	283,5	21,8	0,0	12,1	0,7
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	3,0	0,0	0,0	10,0	0,0	45,0	0,0	0,0	10,0	0,0	197,3	0,0	0,0	10,0	0,0
Ministério da Justiça	218,3	0,0	0,0	38,5	16,6	460,1	0,0	0,0	21,4	0,0	175,7	0,0	0,0	21,4	0,0
Ministério do Turismo	322,4	0,0	0,0	316,9	31,5	355,5	0,0	0,0	285,2	14,9	143,1	0,0	0,0	254,0	12,0
Demais	926,5	10,0	1,8	271,9	34,1	830,4	36,4	1,8	250,8	73,9	568,6	18,1	7,3	187,1	64,2
Total	8.050,3	64,9	15,6	1.841,6	395,9	7.899,1	36,4	1,8	1.391,0	226,4	6.018,7	697,2	316,5	1.075,3	118,0

Fonte: Siga.
 Dados de 3/12/2016.
 Execução até 28/11/2016.

3.7 Execução das dotações decorrentes de emendas coletivas por modalidade de aplicação

A tabela 34 mostra os valores autorizados, empenhados e pagos e os RAP por modalidade de aplicação para os exercícios selecionados.

Tabela 34 – Execução orçamentária das emendas coletivas por modalidade de aplicação

Valores em milhões de reais

Modalidade de aplicação	2013					2014					2015				
	Autorizado	Realizado	Pago	RAP inscrito	RP pago	Autorizado	Realizado	Pago	RAP inscrito	RAP pago	Autorizado	Realizado	Pago	RAP inscrito	RAP pago
Transferência a estados e ao DF	4.830,1	0,0	0,0	1.064,9	227,5	2.877,6	0,0	0,0	792,1	220,2	3.504,9	0,0	0,0	551,4	76,6
Aplicações diretas	2.298,6	135,3	27,7	553,6	272,5	2.860,0	167,1	17,5	342,5	102,9	2.697,9	64,8	1,4	271,3	111,5
Transferências a municípios	2.962,0	0,0	0,0	758,7	113,5	1.814,0	0,0	0,0	564,8	49,0	1.497,1	19,8	0,0	477,1	75,2
Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos	123,2	0,0	0,0	77,4	5,6	185,0	0,0	0,0	71,7	34,3	89,5	0,0	0,0	37,2	29,8
Transferências consórcios públicos mediante contrato rateio	116,7	0,0	0,0	7,8	0,0	313,0	0,0	0,0	7,8	0,0	50,0	0,0	0,0	7,8	0,5
Transferência a instituições multigovernamentais	0,0	0,0	0,0	71,0	13,5	0,0	0,0	0,0	50,0	3,8	0,0	0,0	0,0	46,2	3,8
Transferências a estados e ao DF – fundo a fundo	0,0	0,0	0,0	24,3	20,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Execução orçamentária delegada aos estados/DF	0,0	0,0	0,0	10,0	9,0	0,0	0,0	0,0	1,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Aplicações diretas – Operações intraorçamentárias	0,0	0,0	0,0	0,2	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Execução orçamentária delegada a municípios	0,0	0,0	0,0	11,8	0,0	0,0	0,0	0,0	11,8	0,0	2,4	2,4	0,0	0,0	0,0
Demais	20,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Total	10.350,9	135,3	27,7	2.579,7	662,1	8.049,6	167,1	17,5	1.841,6	411,2	7.841,8	87,0	1,4	1.391,0	297,4

Fonte: Siga.
 Dados de 3/12/2016.
 Execução até 28/11/2016.

Tabela 35 – Execução orçamentária das emendas coletivas por modalidade de aplicação, de janeiro a novembro

Valores em milhões de reais

Modalidade de aplicação	2014					2015					2016				
	Autorizado	Empenhado	Pago	RAP inscrito	RP pago	Autorizado	Empenhado	Pago	RAP inscrito	RP pago	Autorizado	Empenhado	Pago	RAP inscrito	RP pago
Aplicações diretas	2.860,7	64,9	15,6	342,5	95,6	2.757,4	36,4	1,8	271,3	100,9	2.872,9	526,2	316,5	213,8	74,0
Transferências a estados e ao DF	2.877,6	0,0	0,0	792,1	220,0	3.504,9	0,0	0,0	551,4	45,5	2.102,5	150,0	0	402,3	16,7
Transferências a municípios	1.814,0	0,0	0,0	564,8	41,3	1.497,3	0,0	0,0	477,1	49,7	783,9	21,0	0	403,1	27,3
Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos	185,0	0,0	0,0	71,7	34,3	89,5	0,0	0,0	37,2	29,8	258,5	0,0	0	5,5	0,0
Transferências a consórcios públicos mediante contrato rateio	313,0	0,0	0,0	7,8	0,0	50,0	0,0	0,0	7,8	0,5	0,9	0,0	0	7,3	0,0
Aplicações diretas – operações intraorçamentárias	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0	0,0	0,0
Transferências a municípios – fundo a fundo	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0	0,0	0,0
A definir	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0	0,0	0,0
Execução orçamentária delegada a municípios	0,0	0,0	0,0	11,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0	2,4	0,0
Execução orçamentária delegada aos estados/DF	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0	0,0	0,0
Demais	0,0	0,0	0,0	51,0	4,8	0,0	0,0	0,0	46,2	0,0	0,0	0,0	0	40,9	0,0
Total	8.050,3	64,9	15,6	1.841,6	395,9	7.899,1	36,4	1,8	1.391,0	226,4	6.018,7	697,2	316,5	1.075,3	118,0

Fonte: Siga.

Dados de 3/12/2016.

Execução até 28/11/2016.

3.8 Execução das dotações decorrentes de emendas coletivas por GND

A tabela 36 mostra os valores autorizados, empenhados e pagos e RAP por GND para os exercícios selecionados.

Tabela 36 – Execução orçamentária das emendas coletivas por grupo de natureza de despesa

Valores em milhões de reais

GND	2013					2014					2015				
	Autorizado	Realizado	Pago	RAP inscrito	RP pago	Autorizado	Realizado	Pago	RAP inscrito	RP pago	Autorizado	Realizado	Pago	RAP inscrito	RP pago
Pessoal e encargos sociais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras despesas correntes	726,6	21,4	0,0	91,0	22,4	516,3	0,0	0,0	83,3	23,4	517,2	0,6	0,2	59,5	16,6
Investimentos	9.581,8	82,2	4,7	2.488,7	639,7	7.370,9	121,5	17,5	1.749,6	387,8	7.264,6	86,4	1,2	1.285,9	243,7
Inversões financeiras	42,5	31,7	23,0	0,0	0,0	137,4	45,6	0,0	8,7	0,0	60,0	0,0	0,0	45,6	37,1
Reserva de contingência	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	25,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Total	10.350,9	135,3	27,7	2.579,7	662,1	8.049,6	167,1	17,5	1.841,6	411,2	7.841,8	87,0	1,4	1.391,0	297,4

Fonte: Siga.
 Dados de 3/12/2016.
 Execução até 28/12/2016.

Tabela 37 – Execução orçamentária das emendas coletivas por grupo de natureza de despesa, de janeiro a novembro

Valores em milhões de reais

GND	2014					2015					2016				
	Autorizado	Empenhado	Pago	RAP inscrito	RP pago	Autorizado	Empenhado	Pago	RAP inscrito	RP pago	Autorizado	Empenhado	Pago	RAP inscrito	RP pago
Pessoal e encargos sociais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras despesas correntes	516,3	0,0	0,0	83,3	22,3	517,2	0,6	0,2	59,5	15,6	900,6	342,3	301,3	42,1	0,4
Investimentos	7.368,1	64,9	15,6	1.749,6	373,6	7.321,9	35,8	1,6	1.285,9	173,6	4.931,7	351,5	15,2	1.026,0	110,3
Inversões financeiras	140,9	0,0	0,0	8,7	0,0	60,0	0,0	0	45,6	37,1	186,4	3,4	0,0	7,3	7,3
Reserva de contingência	25,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Total	8.050,3	64,9	15,6	1.841,6	395,9	7.899,1	36,4	1,8	1.391,0	226,4	6.018,7	697,2	316,5	1.075,3	118,0

Fonte: Siga.

Dados de 3/12/2016.

Execução até 28/12/2016.